



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LAIANA CAROLINA SILVA SANTOS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR RURAL BAIANO: UMA ANÁLISE DE
INDICADORES**

SALVADOR

2011

LAIANA CAROLINA SILVA SANTOS

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR RURAL BAIANO: UMA ANÁLISE DE
INDICADORES**

Versão preliminar do trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR

2011

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5- 960

Santos, Laiana Carolina Silva

S237 Evolução histórica do setor rural baiano: uma análise dos censos agropecuários./ Laiana Carolina Silva Santos. - Salvador, 2011.
56 f. il. ; tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) -
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas,
2011.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura patronal 3. Agricultura baiana. I.
Oliveira, Gilca Garcia de. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.1

LAIANA CAROLINA SILVA SANTOS

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR RURAL BAIANO: UMA ANÁLISE DE INDICADORES

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em julho de 2011.

Banca Examinadora

Orientador:

Prof.^a. Dr.^a. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof.^a. Dr.^a. Alicia Ruiz Olalde
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui. Agradeço primeiramente a minha mãe Anete por todo o suporte e dedicação e a meu pai Arismário por ter me apoiado e me incentivado durante todo o período de estudos e de aprendizado. Aos meus irmãos que mesmo longe torciam e vibravam com todas as minhas vitórias. Agradeço a minha família pela torcida.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram presente e nunca deixaram de me apoiar e me dar confiança mesmo nos momentos mais difíceis do trabalho. Agradeço aos que me criticaram para que o trabalho fosse sempre melhorado. Assim como a todos os professores que contribuíram para o aprendizado e crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Agradeço ao CNPQ pelo apoio concedido por meio da Bolsa PIBIC 2011.

Por fim, mas não menos importante agradeço à professora Gilca por me orientar com toda a sua gentileza e paciência durante todo o período.

RESUMO

Nesse trabalho realiza-se uma análise do processo evolutivo agrícola baiano, expondo um quadro de transformações que ocorreram e vem ocorrendo na agricultura do Estado. Esta análise foi realizada de forma agregada e comparando a trajetória entre agricultores familiares e não familiares, procurando diferenciar essas categorias, identificando suas características no que tange a produção, a produtividade, o trabalho e sua estrutura fundiária. O estudo será realizado no período entre 1970 e 2006/07. Foram utilizados os dados dos censos agropecuários de 1970 a 2006/07 e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 1995/2006. Identificou-se uma acentuação da concentração de terras em todo Estado com um reduzido número de estabelecimentos concentrando a maior quantidade de terras disponíveis, enquanto um grande número estabelecimentos ocupa uma área reduzida. Em relação à estrutura produtiva, é importante observar que a produção do Estado sofreu muitas transformações e que a agricultura familiar se caracteriza por produzir culturas intensivas em mão de obra e não em capital, além de ter uma produção mais diversificada produzindo dentro da propriedade diferentes culturas. De forma geral, a agricultura familiar vem recebendo o aporte de políticas públicas, mas que ainda são insuficientes.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Agricultura patronal. Agricultura baiana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Brasil, 1970 a 2006	20
Tabela 2 -	Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Região Nordeste, 1970 a 2006	20
Tabela 3 -	Indicadores de Produtividade, Bahia, 1970 a 2006	21
Tabela 4 -	Índice de Gini da Terra, Bahia, 1970-2006	22
Tabela 5 -	Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Bahia, 1975 a 2006	23
Tabela 6 -	Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Bahia, 1975 a 2006	24
Tabela 7 -	Número e taxa de crescimento das áreas ocupadas das atividades agrícolas, Bahia, 1975 a 2006	25
Tabela 8 -	Participação percentual das atividades agrícolas na área total, Bahia, 1975 a 2006	25
Tabela 9 -	Área plantada e taxas de crescimento, segundo produtos agrícolas, Bahia, 1996/ 2009	31
Tabela 10 -	Participação percentual dos produtos agrícolas na área plantada, Bahia 1996/ 2009	31
Tabela 11 -	Valor da produção e taxa de crescimento, segundo produtos agrícolas Bahia, 1996/2009	32
Tabela 12 -	Participação percentual dos produtos agrícolas no Valor Bruto da Produção da agricultura, Bahia, 1996/2009	32
Tabela 13 -	Pessoal Ocupado, Bahia, 1970/2006	34
Tabela 14 -	Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, Bahia, 1975 a 2006	36
Tabela 15 -	Pessoal ocupado e participação por tipo de lavoura, 1995 e 2006	36
Tabela 16 -	Participação percentual do pessoal ocupado por grupos de área, Bahia, 1975/2006	38
Tabela 17 -	Participação da agropecuária no PIB total, Bahia, 1999/2008	40

Tabela 18 -	Participação da Bahia no valor adicionado bruto da agropecuária do Brasil, 1999/2008	41
Tabela 19 -	Número, participação e variação de estabelecimentos, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006	47
Tabela 20 -	Número, participação e variação da área total, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia, 1996 a 2006	47
Tabela 21 -	Número, participação e variação do Valor Bruto da Produção, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006	48
Tabela 22 -	Número, participação e variação do pessoal ocupado, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006	48
Tabela 23 -	Participação da agricultura familiar e não familiar nas atividades econômicas, Bahia, 2006	50
Tabela 24-	Participação percentual no valor bruto da produção por tipo de atividade, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 2006	51
Tabela 25 –	Quantidade produzida e participação da agricultura familiar e não familiar nos produtos agrícolas, Bahia 2006	52

1 INTRODUÇÃO

O setor rural baiano passou por muitas transformações no decorrer da formação econômica do Brasil. Essas mudanças podem ser vistas de várias formas: na estrutura fundiária, no uso de mão de obra, na distribuição produtiva e na participação na economia. Assim, entender como ocorreu esse processo é relevante para a proposição de políticas públicas que busquem eliminar desigualdades a todos os setores do rural.

Para compreender essa transformação é preciso ter em mente que, o rural baiano caracteriza-se por sua heterogeneidade, configurando um espaço com diferenças que são expressas principalmente pela existência de produção de um lado da agricultura patronal de outro lado da agricultura familiar. Neste contexto, este estudo buscou analisar primeiramente as transformações agrícolas de forma agregada para toda a Bahia, para enfim, diferenciar entre categorias de agricultura: familiar e patronal.

O presente estudo visa compreender a conjuntura atual da agricultura baiana por meio de uma análise temporal. De forma mais detalhada, pretende-se analisar a luz das relações de trabalho, da estrutura fundiária e da produtividade, a trajetória da agricultura no Estado. A elaboração metodológica conta com o desenvolvimento de indicadores proposto por Tamás Szemrecsányi em seu livro “Pequena História da Agricultura no Brasil”. Para tanto é realizada uma análise agregada de todo o Estado no período de 1970 a 2006 e desagregada entre agricultura familiar e patronal entre 1995/96 e 2006/07. Utilizando os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006/07 e da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Esse trabalho dividiu-se em cinco partes, além da introdução e da conclusão. Na primeira é exposto um pequeno levantamento histórico do processo evolutivo da agricultura, inicialmente um estudo do Brasil. Na segunda é exposta a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho. Na terceira são apresentados os indicadores de estrutura fundiária, mão de obra, produção e econômicos caracterizando o setor agrícola baiano de forma agregada. Na quarta parte, é feita uma caracterização da agricultura familiar e patronal através da análise dos indicadores propostos. E, por fim, tem-se as considerações finais a respeito da temática desenvolvida.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RURAL BRASILEIRO

Durante toda a história do Brasil, a agricultura teve um papel central na sua formação econômica. Inicialmente, o sistema produtivo era centrado na monocultura, em grandes propriedades, a exploração da terra era elevada ao máximo e à medida que a produtividade das terras se reduzia, novas áreas eram incorporadas ao processo produtivo. Existia uma incipiente divisão do trabalho, inicialmente com a produção da cana-de-açúcar, onde na fazenda havia a produção de bens intermediários e também dos meios de produção utilizados na colheita dos produtos. A mão de obra utilizada era escrava. Além disso, as áreas onde existia agricultura de subsistência eram normalmente atividades secundárias e subsidiárias das grandes lavouras.

Segundo Szmrecsányi (1996), a consolidação desta produção ocorreu com o processo de especialização que se deu no período compreendido entre 1850 e 1945, através da formação do mercado interno, da emergência do novo complexo cafeeiro paulista e do processo de substituição de importações, fortalecendo o sistema produtivo. Este foi um longo processo iniciado com a lei de terras e a proibição do tráfico de escravos .

Após 1930, um novo padrão de desenvolvimento assumiu baseado crescentemente nos setores urbanos e industriais da economia, o que refletiu na produção agropecuária, que redefiniu suas relações, assumindo novos vínculos no mercado interno. A partir da década de 1950, o setor agropecuário passou a constituir um importante mercado para os produtos industrializados, primeiramente apenas para os bens de consumo, e depois também para os bens de produção (BRITO, 2004).

Nesse processo, o setor agrícola passou por muitas transformações que se deram tanto na esfera da produção como da circulação. Assim, do lado da produção, verificou-se a diversificação de produtos e, especificamente, a passagem da ênfase do mercado externo para o mercado interno. Do lado da circulação, houve, com o desenvolvimento da rede de transportes, a integração do mercado nacional. E quanto à forma de produzir, ocorreram transformações, mais efetivas, na década de 1960, quando a oferta interna de máquinas e equipamentos tornou-se mais expressiva. A partir deste período, a agricultura inicia um processo de modernização de sua base técnica (BRITO, 2004).

Essa reformulação da base técnica, segundo Gonzales e Costa (1998), traduzia-se na indução e difusão do uso de insumos ditos modernos (fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, etc.) e de maquinarias agrícolas, visando o aumento de produtividade dos fatores terra e trabalho.

O processo de modernização ocorreu com

Uma confluência de interesses entre a elite urbana e rural. Em primeiro lugar, tratou-se de proteger a propriedade da terra em geral. (...). Em segundo lugar, e mais especificamente em relação ao timing da introdução de inovações e ao padrão tecnológico adotado, esta confluência de interesses foi definida do lado das elites urbanas ligadas a indústria de insumos e equipamentos agrícolas, que se instala no país no final dos anos 50 e começo dos anos 60, pelo interesse em ampliar o mercado para seus produtos; do lado das oligarquias rurais, pelo seu interesse em reduzir ou eliminar sua dependência em relação ao trabalhador assalariado temporário (“bóia-fria”), apesar dos baixos salários, substituindo-o por máquinas e insumos químicos. (GUANZIROLI *et al*, 2001, p.28-29).

Segundo Martine (*apud* Agra; Santos, 2001) esse processo está ligado à fase conclusiva do processo de substituição de importações, ou seja, a entrada no país de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, herbicidas, etc. O maior incremento no seu uso coincide justamente com a entrada dessas empresas no país. A partir de então, o desenvolvimento da agricultura não pode mais ser visto como autônomo. A dinâmica industrial passou a comandar, definitivamente, o desenvolvimento da agricultura, convertendo-a num ramo industrial, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

Considerando, dessa forma, que a “modernização” agrícola esteve intimamente atrelada ao movimento do capital, tem-se que esse processo orientou-se para a modernização principalmente das grandes propriedades que representavam os potenciais compradores dos produtos industrializados. Assim, ocorre o fortalecimento da monocultura, baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos, aliados a sementes selecionadas de alta tecnologia e o controle químico de insetos e de plantas.

Essa tendência a monocultura, segundo Romeiro (1991), é entendida, pela lógica de cultivar apenas o produto que parece mais rentável. Além disso, os fatores que intervêm nesta fixação estão relacionados com a estrutura fundiária, uma vez que, certas culturas só são rentáveis, a partir de certa área de cultivo, o que fortalece as regiões onde predominam as grandes propriedades, os fatores naturais, visto que cada cultura se adapta melhor em determinada

região (condições edafoclimáticas) e o que se pode chamar de “qualificações pessoais” dos agricultores, que incluem suas qualificações e principalmente sua capacidade de fazer valer seus interesses.

Além da mudança na base técnica surgem, nos anos 70, como produto da modernização agrícola, os complexos agroindustriais representando a integração técnica entre a indústria que produz para a agricultura, que constitui a produção de máquinas e insumos, a própria agricultura e a agroindústria (AGRA; SANTOS, 2001).

Segundo Muller (1982, p.48)

Um conjunto de setores industriais e agrícolas interdependentes entre si que poderia em face das inúmeras definições disponíveis serem designados como complexo agroindustrial. Por conseguinte, definido como o conjunto dos processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e a sua transformação, a posição de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondente.

A estrutura agrícola se modifica com a incorporação desses complexos, uma vez que parte dos seus insumos não provem mais de forma “natural”, mas da produção social na qual o capital industrial comanda. Assim, a agricultura passou a representar uma condição necessária da acumulação de parcela das indústrias de bens de capital e, complementarmente, dependendo não apenas “da indústria a jusante, das exportações e outros setores mais, mas também da indústria de bens de capital” (MULLER, 1982, p. 48).

Entender como foi possível a consolidação de um processo de modernização agrícola baseado na expansão dos latifúndios e com pouca utilização de mão de obra, passa pela compreensão do papel do Estado, que concedeu, por intermédio da política agrícola, um enorme volume de subsídios que praticamente inverteu a relação entre os preços relativos do trabalho e do capital.

Assim segundo Britto (2004, p.13)

O processo de modernização agrícola foi alavancado através de mecanismos como o EGF - Empréstimo do Governo Federal - que permite, sendo uma linha especial de crédito, a estocagem do produto pelo agricultor para ser comercializado posteriormente e o AGF - Aquisição do Governo Federal - que caracteriza uma compra feita pelo

governo de produtos com preços prefixados. Esses dois instrumentos deram início a um novo arcabouço para a política agrícola do país, configurado na criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR - que tinha a finalidade de propiciar linhas de crédito baratas aos agricultores e nas políticas de garantias de preços mínimos - PGPM - que visam garantir um preço de venda mínimo aos produtores.

Até o final dos anos 1970, a política agrícola foi assentada no sistema de crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais que constituíram a base não só para a modernização do sistema produtivo em si, mas também para o desenvolvimento da indústria de insumos para a agricultura e ampliando a indústria processadora de alimentos e matéria-prima. Essa disponibilidade de crédito, no entanto, não se estendia facilmente a todos os agricultores, os grandes proprietários tiveram acesso a esse crédito mais facilmente enquanto que os pequenos agricultores, em sua grande maioria, que não dispunham de garantias, acabavam sem oportunidade de ter acesso a este. Assim, o avanço da industrialização do campo no país permitiu um enriquecimento relativo generalizado da agricultura industrializada e um empobrecimento da tradicional Segundo Britto (2004), a política de crédito rural, além de estimular a modernização agrícola, favoreceu a integração de capitais, resultando no estímulo ao processo de concentração de terras e centralização de capitais.

Observa-se, então, que o processo de “modernização” ampliou a defasagem entre o grande estabelecimento, que representava uma minoria dos estabelecimentos, apesar das grandes áreas ocupadas e a pequena propriedade, que representava um grande número de estabelecimentos em pequenas áreas, fortalecendo o padrão de alta concentração fundiária, que já dominava no campo desde o início de sua conformação.

Após a concretização do processo de “modernização” da agricultura, observa-se que as mudanças que foram implementadas neste setor são irreversíveis e que a agricultura dificilmente retornará aos padrões vigentes no modelo anterior. Do ponto de vista da utilização da mão-de-obra ocupada no campo, a mudança mais significativa foi a formação de uma mão-de-obra de assalariados rurais. Segundo Muller (1982), desde o fim da década de 1950, as relações tradicionais de trabalho de caráter clientelístico-paternalista, que os fazendeiros mantinham com seus trabalhadores, começaram a sofrer o impacto do peso crescente dos movimentos sociais reformistas na política nacional, do surgimento e rápida difusão de organizações sindicais de trabalhadores rurais e de pequenos produtores, e da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Nessa situação, a existência de um contingente

numeroso de trabalhadores residentes nas propriedades passou a representar uma ameaça para os fazendeiros. Essa mão de obra então passou a ser substituída pelos trabalhadores temporários (bóias-fria), que representavam um custo menor no que tange as relações trabalhistas.

Essa relação entre proprietários e trabalhadores temporários foi analisada por Couto Filho (2003), a luz das relações entre o produtor rural capitalista e pequenos agricultores, que também tem suas próprias explorações agropecuárias de subsistência, mas que, em via das circunstâncias, submetem-se ao assalariamento temporário. A “vantagem” econômica para o empregador é significativa, uma vez que, ultrapassada a necessidade da mão-de-obra, ele não arcará com o ônus da subsistência do trabalhador/pequeno agricultor, ainda que o tenha permanentemente à sua disposição. Para o grande produtor, do ponto de vista da valorização do capital, não se justifica manter empregados trabalhadores total ou parcialmente ociosos. O pequeno agricultor, no entanto, só se submete a esse sistema de assalariamento, porque as condições de produção dentro das pequenas áreas que lhe pertencem não suprem a necessidade de toda a família.

Nesse sentido, segundo Couto Filho (*apud* BRITO, 2004) a modernização da agricultura brasileira do ponto de vista social, significou um processo desigual em todos os sentidos: foram beneficiados alguns produtos, alguns produtores e algumas regiões em detrimento dos demais. Nesse sentido, a agricultura de subsistência, por não possuir força política e econômica foi desprezada no processo, levando à composição/manutenção de complexos mais fracos e, até mesmo, de formas artesanais de produção, com baixíssimos níveis de organização por parte dos produtores.

Vale salientar que esse processo também contribuiu para a intensificação das desigualdades regionais no país, que se iniciou com a instalação do complexo cafeeiro em São Paulo. A modernização agrícola concentrou-se nas regiões mais capitalizadas, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem regiões mais pobres, Norte e Nordeste, predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar.

A partir dos anos 1990, novas mudanças começaram a ocorrer no setor agrícola brasileiro. Esse processo foi marcado pela globalização que consolidou a transnacionalização da

agricultura e sua inserção definitiva na divisão internacional do trabalho. Com a internacionalização dos complexos agroindustriais, ocorre a padronização dos seus sistemas produtivos, no sentido de que são múltiplas as fontes de matéria-prima, a origem e o destino dos produtos, mas único o padrão produtivo por todo mundo (AGRA; SANTOS, 2001).

Outra característica desse novo modelo agrícola segundo, Szmrecsányi (1996) refere-se a grande apropriação das terras para fins não produtivos ou pouco produtivos e pela preferência, entre os fins lucrativos, por áreas de reflorestamento, ou quando muito, de pastagens plantadas, em vez de lavouras permanentes ou temporárias.

Entre os fins não produtivos destaca-se a utilização das terras como reserva de valor que se constitui numa prática comum entre os grandes proprietários, que preferem imobilizar grandes áreas para valorização futura por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas. Além disso, outras atividades que antes eram executadas apenas em caráter residual, também passam a fazer parte da ocupação nas áreas rurais: lazer, prestação de serviços e turismo.

Assim, de acordo com Martine, 1990 (*apud* BRITO, 2004, p.33)

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando, também, as relações de produção no campo.

No que se refere à composição das terras agricultáveis o quadro continuou o mesmo, as áreas, de pequenos estabelecimentos, representados pelos minifúndios, são basicamente constituídas de agricultura familiar, enquanto que as áreas de grande porte, os latifúndios, são áreas de agricultura patronal. Esses minifúndios de agricultura familiar caracterizam-se pela produção diversificada das culturas e direcionada principalmente para a produção de alimentos visando o autoconsumo ou o mercado interno. Os latifúndios estruturam sua produção basicamente para *commodities* exportáveis.

3 METODOLOGIA

Na elaboração do trabalho utiliza-se como base o estudo de Tamás Szmrecsányi (1996) onde o autor repensa a história da agricultura do Brasil questionando “do escravismo ao trabalho livre, da estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria?”.

No caso deste estudo busca-se compreender a agricultura baiana e para onde vai a agricultura familiar e não familiar¹ no contexto de relações de trabalho fragilizadas, estrutura fundiária concentrada e distribuição produtiva.

Para esta pesquisa considera-se como agricultor familiar conforme definição prevista no artigo 3º. Lei no. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que define

(...) agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Considerando-se o atendimento aos requisitos acima, incluem no seu segundo Parágrafo

I - silvicultores que (...) cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquícultores que (...) explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques rede; III - extrativistas que (...) exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; IV - pescadores que (...) exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006).

¹ Na elaboração do trabalho, ao analisar os dados históricos comparando os produtores agrícolas foi utilizada a nomenclatura familiar e patronal, estando compatível com a utilização do IBGE no Censo Agropecuário de 1995/96. Enquanto que no Censo de 2006 define a categoria patronal como não familiar.

Para a realização do diagnóstico da produção agropecuária do Estado foram coletados e tabulados os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/6 e 2006/7. Assim como as informações pertinentes à produção agropecuária das bases da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Posteriormente foram calculados indicadores como:

- **de estrutura fundiária:** utilização das terras, a área e número de estabelecimentos, índice de Gini da Terra.
- **de produtividade:** pessoal ocupado, pessoal ocupado por trator, dentre outros.
- **econômicos:** %PIB agrícola
- **de produção:** valor bruto da produção e área plantada.
- **comparativos de estrutura fundiária e de produtividade agricultura familiar/não familiar:** área e número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor bruto da produção.

Estas informações permitem identificar as diferentes trajetórias traçadas pelos agricultores baianos e a distribuição da produção no Estado de acordo com as principais culturas desenvolvidas. Assim, onde há predominância da agricultura familiar, a estrutura produtiva tende a ser diversificada com estabelecimentos de áreas menores e pouco tecnificadas. No caso de onde se encontra agricultura não familiar o quadro seria oposto, apresentando grande concentração de terra, com significativas áreas de produção de *commodities* exportáveis e com relativa tecnificação.

4 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RURAL BAIANO

O processo evolutivo da agricultura baiana ocorreu de forma semelhante ao Brasil, porém não se deu no mesmo ritmo e nem na mesma intensidade. A transição para a agricultura dita moderna ocorreu principalmente nos últimos decênios, evidenciando o processo de modernização de algumas regiões do Estado, enquanto outras continuavam produzindo de forma tradicional.

Segundo Carvalho, (*apud* COUTO FILHO, 2004, p. 841), a agricultura baiana

(...) sempre foi marcada por duas grandes características: a dependência de poucas culturas – chamadas tradicionais – para a formação do PIB do setor; e a forte variação da produção ano a ano, decorrente, principalmente, da instabilidade climática e da baixa utilização das técnicas ditas modernas.

Com a expansão do processo de modernização esse quadro modificou-se um pouco, a agricultura baiana, apesar de não acompanhar o desenvolvimento de outras regiões do País, passou por significativas mudanças com o dinamismo de algumas áreas que se expandiram nos últimos decênios, principalmente aquelas onde se instalaram os processos produtivos “modernos”. Nestas áreas fomentou-se o crescimento da produção agrícola com práticas tecnificadas de manejo, mecanização e/ou irrigação, intimamente ligada com a agroindústria (SEI, 2001). O cenário aí descrito é marcado por uma agricultura especializada, como a produção de grãos no Oeste do Estado e a fruticultura irrigada na região do Vale do São Francisco.

Vale salientar, no entanto, que esse processo de transformação não ocorreu de forma homogênea na Bahia. Algumas regiões do Estado, sobretudo o semi-árido, não experimentaram uma significativa “modernização” da agricultura. Nessas áreas, a produção agrícola continuou com pouco uso de insumos modernos, produzindo basicamente para o autoconsumo e para o mercado interno, configurando-se em áreas de baixa competitividade.

Compreender essas transformações passa pelo entendimento das mudanças que ocorreram na sua estrutura fundiária, mão de obra, produção e participação do setor rural na economia do Estado.

4.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A análise da estrutura fundiária da Bahia perpassa, inicialmente, por uma compreensão desta mesma estrutura tanto do País como da região Nordeste. Dessa forma, é feita uma comparação de dados como: área, número de estabelecimento, pessoal ocupado e número de tratores empregados nos estabelecimentos.

Na tabela 1, observa-se as mudanças que ocorreram na estrutura agrária a nível nacional. O número de estabelecimentos passou de 4.826.410, em 1970, para 5.175.489, em 2006, representando um crescimento de 7,23%. No entanto, esse quadro não foi homogêneo durante o período, houve períodos de expressivo crescimento, como entre 1980 e 1985, com aumento de 13,38%, e redução abrupta, como ocorreu entre 1985 e 1995 de 16,23%. No que se refere à área total, ocorreu um crescimento de 29,78%, entre 1970 e 2006. Observa-se, no entanto, que esse processo se deu de forma decrescente. Entre 1970 e 1975, cresceu 21,33%, entre 1975 e 1980, 12,21% e, entre 1980 e 1985, 8,31%. Enquanto que, nos últimos períodos já apresentava taxas de crescimento negativas, entre 1985 e 1995, 5,68%, e entre 1995 e 2006, 6,69%.

A ocupação da mão de obra rural ocorreu de forma heterogênea. Os primeiros anos, compreendidos ente 1970 e 1985, caracterizaram-se pela presença de taxas de crescimento positivas, destacando-se o período entre 1970 e 1975, que sofreu um aumento de 15,81%. A partir de 1985, esse quadro reverteu-se, ocorrendo uma queda brusca de 23,37% entre 1985 e 1996 e de 7,59% entre 1995 e 2006. No geral, ocorreu uma redução do pessoal ocupado de 5,69%. A principal mudança que se percebe no setor agrícola de 1970 a 2006, diz respeito a utilização de tratores que cresceu 395,18% nesse período. Esse crescimento, no entanto vem ocorrendo a taxas decrescentes, entre 1970 e 1975 o aumento foi de 94,96%, enquanto que, o ultimo período (1995 a 2006) a taxa de crescimento foi de apenas 2,11%. De maneira geral, a análise desses dados expressa as conseqüências do processo de modernização agrícola

Os indicadores para a região Nordeste são apresentados na Tabela 2, onde observa-se um crescimento do número de estabelecimentos de 11,20% passando de 2.206.787 para 2.454.006, entre 1970 e 2006. A área ocupada apresentou um pequeno crescimento de 1,75%, no período. Observa-se, no entanto, que até 1985, esse crescimento ocorria de forma bem mais ampliada, sendo que, entre 1975 e 1980, ocorreu um aumento de 12,39%, a partir de

1985 entrou em um processo de declínio, chegando a reduzir 14,95% entre 1985 e 1995. O pessoal ocupado na região praticamente manteve-se estável no período crescendo apenas 1,71%, entre 1970 e 2006, sendo que, assim como a área total, passou por um período de crescimento, até 1985 e a partir de então entrou no processo de retração da utilização de mão de obra. A principal mudança que ocorreu na região diz respeito ao número de tratores que apresentou um salto de 757% indo de 7.280 tratores, em 1970, para 62.402, em 2006. Esta diferença se torna mais relevante quando se verifica que número de tratores/estabelecimentos, são 0,25 tratores/estabelecimentos na região.

Na Tabela 3, observam-se os indicadores referentes a Bahia. O número de estabelecimentos passou de 541.566, em 1970, para 761.528, em 2006, um crescimento de 40,61%. Enquanto que a área plantada passou de aproximadamente 22 para 29 milhões de hectares, entre os anos de 1970 e 2006, um aumento de 31,08%. Apesar de disso, entre 1985 e 2006, a área total ocupada reduziu-se. Essa transformação ocorreu devido à expansão da fronteira agrícola no Estado, ocupando regiões que ainda não eram ocupadas, processo que vem arrefecendo nos últimos anos.

No que se refere ao número de pessoal ocupado, observa-se que houve crescimento absoluto, passando de 2.125.809, em 1970, para 2.325.984, em 2006, o que significou um aumento de 31,08%. Apesar disso, a partir de 1985, o Estado vem passando por um processo de redução da mão de obra ocupada no campo. Esse processo pode ser justificado pelo crescimento do número de tratores utilizados, na ordem de 1.398,69% entre 1970 e 2006, que vem ocorrendo de forma contínua desde 1970, caracterizando um processo de tecnificação do rural baiano.

A análise desses dados mostra que, de maneira geral, as mudanças da estrutura do rural baiano vêm seguindo, de forma mais acentuada, a linha de transformação tanto da Região Nordeste como do Brasil. No que tange ao número estabelecimentos e à área total percebe-se que na Bahia ocorreu um processo intensivo, devido à expansão agrícola de algumas regiões do Estado, diferente do Brasil e do Nordeste, que praticamente não ampliou sua fronteira agrícola. O número de pessoal ocupado também cresceu de forma mais acentuada devido a importância da agricultura familiar no Estado. A maneira como cresceu o número de tratores mostra como o processo de mecanização ocorreu menos intensamente e mais tardiamente na Bahia.

Tabela 1 – Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Brasil, 1970 a 2006

Dados estruturais	Taxa de Crescimento (%)											
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970/75	1975/80	1980/85	1985/95	1995/2006	1970/2006
Estabelecimentos	4.826.410	4.951.619	5.116.732	5.801.809	4.859.864	5.175.489	2,59	3,33	13,39	-16,24	6,49	7,23
Área total (ha)	254.214.917	308.457.609	346.135.082	374.924.872	353.601.216	329.941.393	21,34	12,21	8,32	-5,69	-6,69	29,79
Pessoal ocupado	17.567.792	20.345.676	21.163.675	23.394.919	17.928.129	16.567.544	15,81	4,02	10,54	-23,37	-7,59	-5,69
Tratores	165.731	323.109	545.204	665.280	803.742	820.673	94,96	68,74	22,02	20,81	2,11	395,18

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 2 – Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Região Nordeste, 1970 a 2006

Dados estruturais	Taxa de crescimento (%)											
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970/75	1975/80	1980/85	1985/95	1995/2006	1970/2006
Estabelecimentos	2.206.787	2.351.415	2.447.512	2.798.239	2.326.413	2.454.006	6,55	4,09	14,33	-16,86	5,48	11,20
Área total (ha)	74.297.111	78.688.884	88.442.287	92.054.164	78.296.096	75.594.442	5,91	12,39	4,08	-14,95	-3,45	1,75
Pessoal ocupado	7.568.830	8.738.747	9.333.112	10.441.667	8.210.809	7.698.631	15,46	6,80	11,88	-21,36	-6,24	1,71
Tratores	7.280	15.070	38.045	41.727	55.476	62.402	107,01	152,46	9,68	32,95	12,48	757,17

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 3 - Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Bahia 1970 a 2006

Dados estruturais	Taxa de crescimento (%)											
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970/75	1975/80	1980/85	1985/95	1995/2006	1970/2006
Estabelecimentos	541.566	548.123	637.225	739.006	699.126	761.528	1,21	16,26	15,97	-5,40	8,93	40,62
Área total (ha)	22.260.826	25.263.546	30.032.595	33.431.402	29.842.900	29.180.559	13,49	18,88	11,32	-10,73	-2,22	31,08
Pessoal ocupado	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590	2.325.984	18,49	5,71	20,27	-21,67	-7,28	9,42
Tratores	1.838	4.342	13.349	15.953	25.443	27.546	136,24	207,44	19,51	59,49	8,27	1398,69

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

A Tabela 4 mostra como se comportou relativamente tanto o pessoal ocupado como o número de tratores. Observa-se que o pessoal ocupado por estabelecimento é muito pequeno e modifica pouco ao longo do tempo, em 1970 eram apenas quatro trabalhador/estabelecimentos e, em 2006, eram três. O pessoal ocupado por área é menor ainda, tecnicamente 1 trabalhador/hectare. Já o pessoal ocupado por trator sofreu uma relevante redução, enquanto em 1970, eram 1.157 pessoas ocupadas/trator, em 2006, eram 85 pessoas/trator. A área total/trator também reduziu drasticamente, entre 1970 e 2006, passando de 12.111,44 para 1.059,34 hectares/trator, assim como o número de estabelecimentos/trator também decresceu, no período, passando de 295 para 28 estabelecimentos/trator. É interessante perceber que esse processo ocorreu mais intensivamente a partir de 1980, quando a Bahia passou a ter mais peso na economia nacional, sendo apoiada pelas políticas de descentralização.

Esses dados mostram que o Estado tecnificou, processo que bloqueou a incorporação de um maior número de trabalhadores, já que mesmo com o processo de expansão da fronteira agrícola que incorporou ao longo desse período diversas áreas que até então não eram utilizadas na produção, o pessoal ocupado/estabelecimentos e por hectare continuou reduzido.

Tabela 4 – Indicadores de Produtividade, Bahia, 1970 a 2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado por estabelecimento	3,93	4,60	4,18	4,33	3,59	3,05
Pessoal ocupado por área	0,10	0,10	0,09	0,10	0,08	0,08
Pessoal ocupado por trator	1156,59	580,13	199,48	200,75	98,60	84,44
Área total por trator	12111,4 4	5818,4 1	2249,80	2095,62	1172,93	1059,3 4
Nº de estabelecimentos por trator	294,65	126,24	47,74	46,32	27,48	27,65

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Uma análise importante a ser feita acerca da estrutura fundiária do Estado é a do Índice de Gini². Observando a Tabela 5, percebe-se que, entre 1970 e 2006, a concentração da terra no Estado já elevada, superior a 0,8, pouco se modificou, ocorrendo apenas uma leve acentuação do problema. Este padrão, também pode ser visto um pouco mais intenso no País, segundo o IBGE (2006), o índice de Gini do Brasil, em 1996, foi de 0,856 enquanto que, em 2006, foi de 0,872.

²Indicador que mede a concentração de um dado bem, nesse caso a terra. Os valores mais próximos de um indicam maior concentração, e quanto mais próximo de zero, maior desconcentração da posse da terra.

Tabela 5- Índice de Gini da Terra, Bahia, 1970-2006

Ano	Índice de Gini
1970	0,795
1975	0,805
1980	0,821
1985	0,835
1995/96	0,829
2006	0,838

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 1970/2006

Esta característica é confirmada pela análise da distribuição da terra por estratificação de grupos de área que permite uma compreensão das disparidades entre os tamanhos das propriedades. A Tabela 6 apresenta a distribuição percentual do número de estabelecimento e de área total por grupo de área. Pode-se observar que, entre 1975 e 2006, ocorreu um pequeno aumento no número de estabelecimentos de até 10 hectares, apesar de suas áreas totais permanecerem quase constante. Enquanto que, no grupo de 10 a 100 hectares, ocorreu uma pequena redução no número de estabelecimento enquanto a soma das áreas totais permaneceu constante. Já no grupo de 100 e 1000 hectares houve uma redução tanto do número de estabelecimentos como da soma de áreas totais. Na última estratificação observa-se que o número de estabelecimentos ficou praticamente constante enquanto ocorreu um aumento da soma das áreas totais.

Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Bahia, 1975 a 2006

Categoria e Indicadores	1975	1980	1985	1996	2006
Até 10 hectares					
nº de estabelecimentos	53,74	54,52	57,46	57,48	59,85
soma das áreas totais	4,18	4,14	4,31	4,60	4,69
De 10 a 100 hectares					
nº de estabelecimentos	37,86	37,74	35,60	36,02	34,74
soma das áreas totais	26,31	24,83	23,86	25,25	26,74
De 100 a 1000 hectares					
nº de estabelecimentos	7,89	7,23	6,44	5,99	4,97
soma das áreas totais	41,65	37,97	35,45	35,61	32,96
Mais de 1000 hectares					
nº de estabelecimentos	0,50	0,52	0,50	0,51	0,45
soma das áreas totais	27,86	33,06	36,38	34,54	35,61

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários, 1970/2006

Esses dados mostram que, apesar do Estado apresentar uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos, estes ocupam uma pequena área, diferente dos grandes que representam uma quantidade ínfima de estabelecimentos, mas ocupam grande parte da área total e este percentual de área vem incrementando ao longo do tempo. Confirmando o que o índice de gini mostra, tem-se um Estado altamente concentrado, não só na posse da terra, mas também de forma regionalizada, visto que, boa parte dos grandes estabelecimentos encontra-se em algumas regiões da Bahia, como por exemplo, no Oeste baiano, onde se encontram imensos estabelecimentos especializados na produção de grãos. Por outro lado, na região do sertão da Bahia concentra-se um grande número de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar.

Tabela 7 – Número e taxa de crescimento das áreas ocupadas das atividades agrícolas, Bahia, 1975 a 2006

Dados estruturais	Taxa de crescimento (%)											
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970/75	1975/80	1980/85	1985/95	1995/2006	1970/2006
Área total (ha)	22.260,82	25.263,54	30.032,59	33.431,40	29.842,90	29.180,55	13,49	18,88	11,32	-10,73	-2,22	31,08
Utilização das terras (ha)	6	6	5	2	0	9						
Lavouras permanentes	894,704	972,047	1.389,819	1.604,300	1.348,743	1.686,553	8,64	42,98	15,43	-15,93	25,05	88,50
Lavouras temporárias	1.468,740	1.691,534	1.947,456	2.555,823	2.541,086	3.498,815	15,17	15,13	31,24	-0,58	37,69	138,22
Lavoura total	2.363,444	2.663,581	3.337,275	4.160,123	3.889,829	5.185,368	12,70	25,29	24,66	-6,50	33,31	119,40
Pastagens naturais	5.163,076	7.248,614	8.192,655	8.224,059	7.836,814	5.126,787	40,39	13,02	0,38	-4,71	-34,58	-0,70
Pastagens plantadas	3.902,529	3.970,528	5.775,091	6.779,801	6.652,955	7.707,514	1,74	45,45	17,40	-1,87	15,85	97,50
Matas naturais	5.600,551	5.953,012	6.756,463	7.452,846	6.839,132	9.817,732	6,29	13,50	10,31	-8,23	43,55	75,30
Matas plantadas	41,524	14,225	107,280	276,581	297,429	264,265	-65,74	654,17	157,81	7,54	-11,15	536,42

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 8 – Participação percentual das atividades agrícolas na área total, Bahia, 1975 a 2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras permanentes	4,02	3,85	4,63	4,80	4,52	5,78
Lavouras temporárias	6,60	6,70	6,48	7,64	8,51	11,99
Lavouras no total	10,62	10,54	11,11	12,44	13,03	17,77
Pastagens naturais	23,19	28,69	27,28	24,60	26,26	17,57
Pastagens plantadas	17,53	15,72	19,23	20,28	22,29	26,41
Matas naturais	25,16	23,56	22,50	22,29	22,92	33,64
Matas plantadas	0,19	0,06	0,36	0,83	1,00	0,91

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

As modificações estruturais do setor agrícola do Estado, também podem ser vistas ao se analisar as transformações que ocorreram no padrão de utilização das terras. A Tabela 7 e 8 mostram exatamente a distribuição produtiva do setor agrícola. Observa-se que as áreas de totais de lavoura cresceram 119,40% entre 1970 e 2006, com um aumento de 138,22% das lavouras temporárias e 88,50% das permanentes. Observa-se que esse crescimento das áreas totais de lavoura refletiu num aumento da participação relativa desta no uso total das terras, enquanto em 1970 ocupava 10,62% da área total em 2006 ocupava 17,77%. Vale salientar que, em termos relativos, o percentual de áreas de lavoura permanente quase não se alterou, passando de 4,02% em 1970 para 5,78% em 2006, enquanto que de lavouras temporárias obteve um crescimento muito mais relevante, esta representava em 1970, 6,60% da área total, enquanto em 2006, eram 11,99%. Esse crescimento da lavoura temporária ocorreu principalmente no Oeste baiano, com produtos como a soja, milho e algodão, produtos que vem assumindo um papel central dentro da economia baiana.

As pastagens naturais³, ao contrário das outras atividades apresentou uma leve queda de 0,70% entre 1970 e 2006, passando por período de crescimento até 1980, quando começou a reduzir. Apesar dessa pequena redução, sua participação relativa na utilização total das terras, passou de 23,19% em 1970 para 17,57%, perdendo importância dentro da distribuição do uso da terra no Estado. As áreas de pastagens plantadas⁴ tiveram um grande crescimento entre 1970 e 2006, aumentando em 97,5%, crescimento este que também pode ser visto no aumento da sua participação relativa na utilização total das terras, em 1970 era 17,53% e em 2006 era de 26,41%.

No que tange as áreas de matas naturais⁵ observa-se que houve um expressivo crescimento, entre 1970 e 2006, passando de uma área de 5.600.551 para 9.817.732 hectares, o que representou um aumento de 75,30% situação confirmada pela participação relativa desta na área total, que passou de 25,16% para 33,64%. Já as áreas de matas plantadas⁶ tiveram um crescimento menos expressivo; em 1970 ocupavam 41.524 e em 2006 representavam 264.265 hectares. Mas é importante ressaltar que, apesar do crescimento expressivo, sua participação

³ Segundo o IBGE (1996), pastagens naturais constituem áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante o plantio, ainda que tenham recebido algum trato.

⁴ Segundo o IBGE (1996) abrangem as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

⁵ Segundo o IBGE (1996), são formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.

⁶ Segundo IBGE (1996), Compreenderam as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.) incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

no total de uso, que era reduzido, assim permaneceu devido ao maior crescimento percentual das demais atividades. Esse crescimento pode ser devido ao aumento das áreas de eucalipto, que cresceram bastante no Estado.

É interessante observar que no período entre 1985 e 1995 houve uma retração no crescimento de todas as atividades. Isso pode ter ocorrido como reflexos de políticas econômicas, que fortaleceram o setor industrial do Estado e crise dos preços internacionais que afetaram principalmente as lavouras. Percebe-se que houve uma transformação na distribuição produtiva do Estado. Em 1970, as áreas de matas naturais, pastagens naturais e plantadas representavam as principais atividades em área utilizada. Já em 2006, as matas naturais, pastagens plantadas e lavouras assumiram esse papel.

De maneira geral, percebe-se que no que tange a concentração de terras, pouco se modificou no período analisado. O Estado possui um grande número de estabelecimentos ocupando uma pequena área, enquanto um reduzido número de estabelecimentos ocupa a maior parte da área total do estado.

Observou-se, no entanto, por outro lado, que ocorreu um intenso processo de mecanização, principalmente a partir de 1980, reflexo do processo de modernização agrícola que se operou em todo o País. Apesar disso, não se verificou uma redução no pessoal ocupado, ao contrário do que se esperaria, devido principalmente a expansão da fronteira agrícola. Outra mudança que se operou na estrutura fundiária do Estado, diz respeito à utilização da terra. Ocorreu no período um fortalecimento da lavoura, principalmente as temporárias.

4.2 A PRODUÇÃO

O desempenho das principais culturas no estado da Bahia no período de 1975 a 1995 revela oscilações importantes em praticamente todas as culturas. Essas decorrem do comportamento da economia, principalmente no que se refere a preços e as condições climáticas responsáveis por períodos prolongados de seca, como as verificadas em 1983/87 e 1992/93, provocando quedas na produção, forçando declínio das lavouras que mais se destacaram até o ano de 1995. Dentre as culturas mais representativas no Estado, nesse período, seja pelo valor da produção ou por sua dimensão espacial e áreas de influência, ressaltam-se cacau, mandioca,

café, feijão, mamão, algodão herbáceo, milho, mamona, banana, coco-da-baía, tomate, laranja, uva, soja, cana-de-açúcar e sisal (SEI, 2001).

A partir de 1996, praticamente não ocorreram mudanças nas principais culturas, alterando apenas a importância destas dentro da economia do Estado. Isto ocorre, em geral, devido a problemas de adversidade climática, introdução de novas culturas ou até mesmo alterações nas políticas econômicas.

Ao se observar a Tabela 9, verifica-se que a soja destaca-se dentre as principais culturas plantadas na Bahia, no ano de 2009, seguida por milho, feijão e cacau. A produção de soja sofreu uma grande transformação, em 1996 era apenas a quinta cultura mais produzida no Estado, passando à primeira posição já em 2003, aumentando sua área plantada em 119,48%, entre 1996 e 2009. Tal fato se justifica pela importância do produto tanto para o consumo animal, através do farelo da soja, quanto para o consumo humano, através do óleo vegetal, assim como para a produção de biodiesel. A soja, que corresponde a 20,02% da área plantada da Bahia, assume um papel muito importante não só na economia do Estado, mas também do país, tendo sua produção voltada basicamente para exportação, seja do produto bruto ou processado em farelo e óleo

A área plantada de milho sofreu um aumento de 43,86%, mantendo sua posição em relação a 1996, esse aumento ocorreu de forma sustentada, mantendo-se praticamente constante entre 2003 e 2006. A produção de milho caracteriza-se por ter expressiva representatividade tanto na agricultura patronal como na familiar, se diferenciando principalmente pela utilização entre esses dois segmentos. Nas áreas de agricultura patronal, a produção destina-se principalmente para as indústrias de transformação, enquanto na familiar destina-se basicamente ao autoconsumo e à comercialização local.

Culturas, como o feijão e o cacau, apesar de ainda apresentarem uma expressiva representação na produção do Estado, sofreram uma redução na produção entre 1996 e 2009 de 16,49% e 4,70% respectivamente. Segundo a SEI (2002), o declínio da produção cacauaieira começou a manifestar-se ao longo de 1988, período em que o setor agrícola ainda se destacava na estrutura produtiva baiana. Foi nessa época que surgiu no sul do Estado, a vassoura-de-bruxa, provocando efeitos devastadores não apenas sobre os cacauais como também sobre toda a economia regional, empobrecendo paulatinamente uma região altamente produtiva, com terras férteis e recursos humanos com perfil adequado para atender às necessidades desse cultivo.

Além disso, o elevado nível de estoques mundiais do produto modificou substancialmente a hegemonia do cacau na pauta de exportação baiana.

No caso do algodão herbáceo, observa-se que apesar de ocupar a quinta posição em quantidades absolutas produzidas em 2009, sua área plantada cresceu 116,95 %, entre 1996 e 2009, crescimento este que foi inferior apenas ao apresentado pela soja, que atingiu 119,48%. A produção total do Estado, que era de 2.539.239 toneladas, em 1996, passou para 4.749.798 em 2009, um crescimento de 87,06%. Esse produto agrícola passou por diversas transformações. Até 1996, a maior parte da produção baiana era proveniente da região de Guanambi. No entanto devido ao ataque de insetos como o bicudo algodoeiro, a produção de algodão herbáceo expandiu-se para novas fronteiras como o Oeste baiano.

A importância da soja, na economia do Estado, pode ser confirmada na Tabela 10, que mostra que a participação relativa dessa cultura na área plantada passou de 12,06% em 1996 para 20,02% em 2009. Esse aumento relativo também pode ser visto na produção de algodão herbáceo. Já o milho apesar de ter apresentado um considerável crescimento na quantidade produzida, quase não modificou sua participação relativa passando de 17,23% em 1996 para 18,75% em 2009. O feijão, o cacau e a mandioca diminuíram suas participações na produção total. O sisal também teve um considerável aumento da sua participação relativa no período. A participação relativa das outras culturas quase não se modificou, o que mostra que a substituição de produção ocorreu dentre as principais culturas plantadas no Estado.

No que se refere ao valor da produção, de forma geral, observa-se que o Estado apresentou um crescimento de 380,43%, mostrando que o setor agrícola vem aumentando sua importância na economia do Estado. Todas as principais culturas, inclusive aquelas agregadas na variável “outros”, aumentaram seu valor da produção no período.

Verifica-se que a soja confirma o seu papel central na produção do Estado, com crescimento do valor da produção de 916,93%. Esse crescimento ocorreu em praticamente todo período a exceção de 2003 e 2006, quando apresentou uma pequena redução de 24,93% devido a queda nos preços internacionais da soja. O algodão herbáceo, que cresceu 3.890,42%, no período é a segunda cultura, em valor da produção, mais importante do Estado. Seu crescimento ocorreu de forma contínua, destacando o período entre 2000 e 2003, quando cresceu 344,54%. Apesar

dessa ótima posição, seu valor da produção é quase metade do valor da soja, representando 9,06% do valor da produção do Estado.

O valor da produção do mamão cresceu 757,67%, entre 1996 e 2009, crescendo de maneira sustentada em todo período, contribuindo com 7,66% do valor bruto da produção do Estado. Esse produto agrícola faz parte do complexo da fruticultura no Estado, que se caracteriza, segundo a SEI (2002), por processos produtivos tecnicamente mais avançados, especialmente o uso da irrigação, o que torna esta cultura menos sujeita a fatores climáticos, propiciando-lhe ganhos de produtividade. Já o milho que cresceu 629,21%, mas entre 2003 e 2006, apresentou uma queda no seu valor bruto da produção, representando 7,04% do valor da produção da Bahia.

O cacau também seguiu a tendência, crescendo 209,73% no período, apesar disso ele não conseguiu voltar aos níveis produtivos de antes do ataque da vassoura de bruxa⁷, deixando de ser a primeira em participação relativa no valor da produção do Estado para ser a quarta, em 1996 representava 10,64% já em 2009 caiu para 6,86%.

⁷ Segundo a SEI (2002), em 1985 o cacau representava 36,2% do valor bruto da produção total do Estado.

Tabela 9 – Área plantada e taxas de crescimento, segundo produtos agrícolas, Bahia, 1996/ 2009

Cultura	Área Plantada (hectare)					Taxa de Crescimento				
	1996	2000	2003	2006	2009	1996/2000	2000/2003	2003/2006	2006/2009	1996/2009
Soja (em grão)	433.263	628.356	850.000	872.600	950.920	45,03	35,27	2,66	8,98	119,48
Milho (em grão)	618.919	669.582	799.359	799.213	890.378	8,19	19,38	-0,02	11,41	43,86
Feijão (em grão)	736.687	826.731	805.237	739.781	615.839	12,22	-2,60	-8,13	-16,75	-16,40
Cacau (em amêndoa)	576.898	605.157	490.142	596.377	549.769	4,90	-19,01	21,67	-7,82	-4,70
Algodão herbáceo (em caroço)	133.557	55.952	86.353	242.066	289.758	-58,11	54,33	180,32	19,70	116,95
Mandioca	247.414	332.545	338.655	387.094	271.595	34,41	1,84	14,30	-29,84	9,77
Sisal ou agave (fibra)	134.561	195.565	211.544	287.418	260.044	45,34	8,17	35,87	-9,52	93,25
Outros	710.122	863.291	811.343	914.474	921.495	21,57	-6,02	12,71	0,77	29,77
Total	3.591.42	4.177.17	4.392.63	4.839.02	4.749.79	16,31	5,16	10,16	-1,84	32,25
	1	9	3	3	8					

Fonte: PAM/IBGE, 1996/2009

Tabela 10 – Participação percentual dos produtos agrícolas na área plantada, Bahia 1996/ 2009

	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Feijão (em grão)	Cacau (em amêndoa)	Algodão herbáceo (em caroço)	Mandioca	Sisal ou agave (fibra)	Sisal ou agave (fibra)	Outros
1996	12,06	17,23	20,51	16,06	3,72	6,89	3,75	3,75	19,77
2000	15,04	16,03	19,79	14,49	1,34	7,96	4,68	4,68	20,67
2003	19,35	18,20	18,33	11,16	1,97	7,71	4,82	4,82	18,47
2006	18,03	16,52	15,29	12,32	5,00	8,00	5,94	5,94	18,90
2009	20,02	18,75	12,97	11,57	6,10	5,72	5,47	5,47	19,40

Fonte: PAM/IBGE, 1996/2009

Tabela 11 – Valor da produção e taxa de crescimento, segundo produtos agrícolas Bahia, 1996/2009

Cultura	Valor da Produção (R\$ 1000,00)					Taxa de crescimento				
	1996	2000	2003	2006	2009	1996/2000	2000/2003	2003/2006	2006/2009	1996/2009
Soja (em grão)	159.896	405.903	948.433	712.002	1.626.025	153,85	133,66	-24,93	128,37	916,93
Algodão herbáceo (em caroço)	22.281	86.113	382.804	808.201	889.106	286,49	344,54	111,13	10,01	3890,42
Mamão	87.578	158.085	307.903	337.278	751.134	80,51	94,77	9,54	122,70	757,67
Milho (em grão)	94.725	221.678	425.243	346.730	690.744	134,02	91,83	-18,46	99,22	629,21
Cacau (em amêndoa)	217.259	219.736	573.149	512.151	672.909	1,14	160,84	-10,64	31,39	209,73
Café (em côco)	84.645	226.186	281.960	475.148	610.595	167,22	24,66	68,52	28,51	621,36
Banana	79.768	99.661	307.572	469.088	597.459	24,94	208,62	52,51	27,37	649,00
Outros	1.295.508	1.838.595	2.987.632	3.189.663	3.970.751	41,92	62,50	6,76	24,49	206,50
Total	2.041.660	3.255.957	6.214.696	6.850.261	9.808.723	59,48	90,87	10,23	43,19	380,43

Fonte: PAM/IBGE, 1996/2009

Tabela 12 – Participação percentual dos produtos agrícolas no Valor Bruto da Produção da agricultura, Bahia, 1996/2009

	Soja (em grão)	Algodão herbáceo (em caroço)	Mamão	Milho (em grão)	Cacau (em amêndoa)	Café (em côco)	Banana	Outros
1996	7,83	1,09	4,29	4,64	10,64	4,15	3,91	63,45
2000	12,47	2,64	4,86	6,81	6,75	6,95	3,06	56,47
2003	15,26	6,16	4,95	6,84	9,22	4,54	4,95	48,07
2006	10,39	11,80	4,92	5,06	7,48	6,94	6,85	46,56
2009	16,58	9,06	7,66	7,04	6,86	6,23	6,09	40,48

Fonte: PAM/IBGE, 1996/2009

O valor da produção do café obteve um aumento de 621,36%, entre 1996 e 2009, enquanto a banana cresceu 649,00%. Apesar desse expressivo crescimento suas participações relativas no valor da produção do Estado, tiveram mudanças menos significativas; no caso do café em 1996 era 4,15% e passou para 6,23% e da banana era 3,91% e passou para 6,09%. As outras culturas ao contrário, vieram perdendo importância dentro do setor, sendo que, em 2006 representava 63,45% e, em 2009, 40,49%, apesar de terem apresentado um crescimento no valor bruto da produção de 206,50% no período considerado.

Vale salientar, que culturas como o feijão, a mandioca e o sisal, que são altamente representativas na agricultura familiar, apesar de apresentarem um elevado número de áreas plantadas não se encontram entre as principais culturas em valor de produção. Outras culturas como o mamão, café e banana que não possuem alta representatividade na área plantada estão entre as principais culturas em valor de produção. No caso do mamão e do café, isso ocorre por que são altamente produtivas. No caso da banana, se justifica por ser uma cultura altamente adaptada com áreas plantadas na ampla maioria das propriedades familiares.

De forma geral, é importante observar que a produção do Estado sofreu muitas transformações em um pequeno período, o que mostra que a dinâmica agrícola do Estado vem passando por um processo de transformações que refletem em toda economia da Bahia. O crescimento da importância de culturas como soja, que é intensiva em capital e não em mão de obra e é produzida basicamente em grandes estabelecimentos de agricultura patronal, mostram que o crescimento da produção agrícola no Estado ainda não se direciona para incentivar as áreas de agricultura familiar.

4.3 MÃO DE OBRA

Nesse item são analisados os dados referentes à utilização da mão de obra no campo baiano. Nesse sentido, observa-se na Tabela 13 que em valores absolutos o número de trabalhadores no campo permaneceu praticamente constante passando de 2.125.809 em 1970 para 2.325.984 em 2006. No entanto, esse período foi marcado por dois momentos distintos: um período de crescimento (entre 1970 e 1985) e um período de redução do emprego rural (entre 1985 e 2006).

No primeiro momento, o crescimento da mão de obra agrícola se justifica pela expansão da área cultivada, principalmente da produção para o mercado interno que é suprido basicamente pela agricultura familiar, responsável por absorver a maior quantidade de mão de obra agrícola. Já entre 1985 e 1995, percebe-se uma redução do emprego rural, que é causado pelo esfriamento do crescimento da área cultivada e pela conjuntura de crise agrícola geral. Entre 1995 e 2006, apesar da área cultivada voltar a crescer, observa-se a dificuldade de segmentos tradicionais com o cacau e o feijão que são importantes absorvedores de mão de obra, assim como a expansão de lavouras como a soja, que se caracteriza por empregar pouca mão de obra.

De forma geral, ao se analisar esses dados, com base no crescimento demográfico que o País e o Estado vêm sofrendo, percebe-se uma redução relativa do pessoal ocupado no campo, que se justifica principalmente pela “modernização” agrícola que se iniciou em 1970, e continua até os dias atuais. Esse processo, que compreende intensificação da substituição dos trabalhadores por máquinas pode ser visto na Tabela 13. Vale salientar, que essa substituição do pessoal ocupado, ocorre de maneira geral nos grandes latifúndios, onde prevalece a agricultura patronal.

Tabela 13: Pessoal Ocupado, Bahia, 1970/2006

	Total
1970	2.125.809
1975	2.518.925
1980	2.662.835
1985	3.202.485
1995	2.508.590
2006	2.325.984

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 1970/ 2006

A Tabela 14 mostra como os trabalhadores rurais se dividem dentre as principais atividades no setor agrícola. É importante esclarecer que a análise proposta fundamentou-se na categorização disponível dos dados e que algumas atividades foram agrupadas na categoria outros, pois não era possível padronizar Assim, observa-se que no período entre 1975 e 2006, ocorreram mudanças significativas na distribuição da mão de obra no campo.

Pode-se observar que houve uma redução do pessoal ocupado na agricultura, a uma taxa de 31,74%, como já foi visto como reflexo da nova estrutura produtiva. Passando, no entanto, por um período de crescimento, entre 1980 e 1985 (19,28%) e 1995 e 2006 (86,07%), que representou períodos de expansão da produção agrícola, principalmente da agricultura familiar. É importante destacar o papel da fruticultura, no que diz respeito à absorção de trabalhadores na agricultura. Esta se caracteriza por absorver um grande contingente de mão de obra, visto que, de acordo com os coeficientes de absorção de mão de obra por operação de cultivo e por hectare, coletados pela SEI (*apud* COUTO FILHO, 2003) a fruticultura absorve mais mão de obra quanto mais modernizado é o sistema de cultivo.

Na pecuária, ao contrário, o número de pessoas ocupadas aumentou, passando de 579.452 em 1975 para 966.186 em 2006, crescimento de 66,74%, justificado pelo aumento da atividade no Estado. O caso de maior destaque diz respeito à horticultura e floricultura, que passou por um processo de alta expansão da absorção de mão de obra, apresentando uma taxa de crescimento de 1.566,82%. Esse processo ocorreu de forma contínua, apresentando taxas positivas em todo o período. Vale salientar, no entanto, que em termos absoluto e comparado com os outros, esse segmento, ainda absorve pouca mão de obra. Os outros grupos de atividades agrupados, que incluem pesca, produção florestal, aquicultura e produção de sementes, absorveram em 2006, 85.876 pessoas. Apesar disso, houve uma queda de 41,70% entre 1975 e 2006.

A Tabela 15 mostra a distribuição do pessoal ocupado por cultura. Essa análise foi realizada apenas para os anos de 1995 e 2006, isto porque, os dados disponíveis nos Censos Agropecuários de 1975 a 1985, não desagregavam a agricultura entre lavouras temporárias e permanentes, dados estes disponíveis apenas nos Censos Agropecuários de 1995 e 2006.

Tabela 14: Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, Bahia, 1975 a 2006

	Taxa de crescimento (%)									
	1975	1980	1985	1995	2006	1975/80	1980/85	1985/95	1995/2006	1970/2006
Agricultura*	1.789.01 4	1.762.15 1	2.101.80 7	656.310	1.221.21 7	-1,50	19,28	-68,77	86,07	-31,74
Pecuária	579.452	751.064	949.520	756.515	966.186	29,62	26,42	-20,33	27,72	66,74
Horticultura e floricultura	3.162	7.183	12.439	27.810	52.705	127,17	73,17	123,57	89,52	1566,82
Outros	147.297	142.437	138.719	1.067.95 5	85.876	-3,30	-2,61	669,87	-91,96	-41,70
Total	2.518.92 5	2.662.83 5	3.202.48 5	2.508.59 0	2.325.98 4	5,71	20,27	-21,67	-7,28	-7,66

* Dados referentes a 1996 e 2006 correspondem a lavouras temporárias e permanentes

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE, 1975/2006

Tabela 15: Pessoal ocupado e participação por tipo de lavoura, 1995 e 2006

	1995	2006
Lavouras temporárias	241.829	808.479
Lavouras permanentes	414.481	412.738
Outros	1.852.280	1.104.767
Participação relativa Lavoura temporária (%)	9,64	34,76
Participação relativa Lavoura permanente (%)	16,52	17,74
Participação relativa outros (%)	73,84	47,50

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE, 1995, 2006

Ao se observar os dados, percebe-se que a participação da mão de obra nas áreas de lavoura temporária cresceu expressivamente no período. Em 1995, sua participação relativa era 9,64% passando para 34,76% em 2006. No caso das lavouras permanentes observa-se que a participação relativa da mão de obra se manteve praticamente constante. Esse quadro pode ser justificado pelo aumento 37,68% da área plantada de lavouras temporárias. Além disso, algumas culturas como feijão, mandioca e arroz, são altamente representativas nas áreas de agricultura familiar, que utiliza muita mão de obra.

A análise agregada desses dados, no entanto, não permite uma compreensão exata de como se distribui a mão de obra entre as principais lavouras do Estado. Mas ao se entender que a distribuição do pessoal ocupado está diretamente relacionada com as características de produção supõem-se como essa distribuição é feita. Nesse sentido, nas áreas de grandes monoculturas, onde predominam poucas e grandes lavouras, normalmente há baixa ocupação durante todo o ano, visto que, além de apresentarem um alto grau nível de mecanização, também concentram a demanda da mão de obra em determinadas épocas do ano. Assim, áreas de plantio de lavouras como a soja, milho e o trigo, que apresentam esse perfil, ocupam pouca mão de obra, enquanto culturas como algodão herbáceo, cacau e mandioca tem uma ocupação relativamente alta.

Já no Tabela 16, observa-se a distribuição da mão de obra por grupo de área total. De forma geral percebe-se que essa distribuição não sofreu muitas mudanças. Na medida em que os extratos de área vão aumentando há uma diminuição no grau de ocupação. Nas áreas de até 10 hectares, ocuparam em 2006, metade de toda a mão de obra rural. Esse dado confirma a ideia de que a maior parte da população ocupada no campo se concentra na agricultura familiar. No outro extremo, as áreas de 100 a 1000 hectares e mais de 1.000 hectares, que representam os grandes latifúndios de patronal, ocupam juntas apenas 10,74% do pessoal ocupado.

Tabela 16: Participação percentual do pessoal ocupado por grupos de área, Bahia, 1975/2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006*
Até 10 hectares	45,15	43,76	41,14	43,95	50,29	50,53
De 10 a 100 hectares	41,98	41,49	42,22	40,30	38,66	36,60
De 100 a 1000 hectares	11,61	13,04	14,34	13,21	9,28	8,44
Mais de 1000 hectares	1,26	1,71	2,30	2,53	1,75	2,30

* 2,13% do pessoal ocupado são produtores sem área

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE, 1975/2006

De maneira geral, percebe-se que a boa parte da mão de obra rural concentra-se nos pequenos estabelecimentos e, principalmente nas lavouras temporárias. Observa-se que, apesar do aumento de 9,42% no número de trabalhadores rurais, ainda se mantém grande diferença estrutural entre categorias de produção, com grande parte da mão de obra concentrada nas áreas de agricultura familiar e os estabelecimentos de agricultura patronal intensivos em capital ou improdutivos, com pouca ou sem nenhuma contratação de mão de obra.

4.4 ECONÔMICOS

A estrutura produtiva da economia baiana, até o início dos anos 70, era fundada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. A partir de então, essa estrutura produtiva perde suas feições agroexportadoras. Essa mudança pode ser entendida a luz das transformações que ocorreram no país com a implantação do processo de substituição de importações focando na industrialização. Este processo que inicialmente concentrou-se no centro-sul, a partir dos anos 70, começa a se expandir para as outras regiões do país, através do projeto de descentralização da economia com a chamada especialização regional, inserindo a Bahia na matriz industrial brasileira. Tal especialização levou o Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia. Esse processo pode ser percebido ao se observar a representatividade deste setor no PIB do Estado. Segundo a SEI (2002), em 1970 o setor primário, que se constitui principalmente da agropecuária, representava 21,2% do PIB do Estado enquanto em 1990 correspondia apenas 15,2%.

Na década de 80, identifica-se um último efeito, que fortaleceu esse declínio da importância da agricultura no Estado, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. A partir desse período, ocorreram sucessivas

quedas nos preços internacionais dessas *commodities*, resultado do crescimento da sua oferta mundial. Dentre os produtos baianos cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela vassoura de bruxa, a mamona, o sisal, o fumo, o café e o algodão. O forte declínio do cacau, principal atividade agrícola do Estado na segunda metade dos anos 80, ocorre sem que outra lavoura o substitua (SEI, 2002).

Apesar desse quadro, a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo traz novos vetores de crescimento econômico para o Estado e dá início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção, com ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de especiarias no Recôncavo Sul; surgimento de novos empreendimentos do Complexo Agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 90, quando a participação no PIB estadual oscilou em torno de 12% (SEI, 2002).

Na Tabela 17, observa-se como a agropecuária se comportou a partir de 1999 na economia baiana. Percebe-se que a agropecuária, apesar de não ter aumentado sua participação no PIB do Estado, vem crescendo de forma contínua e sustentada. Em 1999, o valor adicionado bruto foi de R\$2.695.259,00, enquanto em 2008, correspondia a R\$8.991.257,00, o que representou um aumento de 233,59%. Esse aumento pode ser entendido ao considerar a conjuntura favorável, com valorização dos preços das *commodities* fortalecendo a produção do Estado. Apesar disso, percebe-se que sua participação no PIB do Estado oscilou um pouco no período, com destaque para os anos de 2002, 2003 e 2004, devido ao incremento na produtividade das lavouras, especialmente aquelas que se destinam à produção de grãos e conjuntamente às boas condições climáticas. A partir daí, reduz-se a participação da agricultura no PIB do Estado, consequência da expansão dos outros setores.

Tabela 17: Participação da agropecuária no PIB total, Bahia, 1999/2008

	Agropecuária*	PIB Total**	Participação (%)
1999	2.695.259	41.883.129	6,44
2000	3.574.092	46.523.212	7,68
2001	3.931.820	51.095.841	7,69
2002	5.542.895	60.671.843	9,14
2003	6.289.461	68.146.924	9,23
2004	7.372.164	79.083.228	9,32
2005	6.725.960	90.919.335	7,40
2006	6.491.473	96.520.701	6,73
2007	8.221.345	109.651.844	7,50
2008	8.991.257	121.508.474	7,40

* Valor Adicionado Bruto⁸, a preços correntes (R\$ 1000,00)

**Produto Interno Bruto⁹ a preços correntes (R\$ 1000,00)

Fonte: IBGE, 2008.

Na Tabela 18, observa-se a participação da agropecuária do Estado na composição do valor adicionado da agropecuária do país. Percebe-se que a Bahia tem uma participação significativa dentro do País, mantendo-se praticamente constante no período. Em 1999, correspondia 5,31% do valor adicionado bruto da agropecuária enquanto em 2008, representava 5,90%. É interessante perceber, que assim como no estado, o setor agrícola do Brasil vem passando por uma franca expansão, assumindo um papel de destaque dentro da economia.

⁸Segundo o IBGE (2008) é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades

⁹ Segundo o IBGE (2008), é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção

Tabela 18: Participação da Bahia no valor adicionado bruto da agropecuária do Brasil, 1999/2008

	Bahia*	Brasil*	Participação (%)
1999	2.695.259	50.782.029	5,31
2000	3.574.092	57.241.000	6,24
2001	3.931.820	66.819.000	5,88
2002	5.542.895	84.251.000	6,58
2003	6.289.461	108.619.000	5,79
2004	7.372.164	115.194.000	6,40
2005	6.725.960	105.163.000	6,40
2006	6.491.473	111.566.000	5,82
2007	8.221.345	127.267.000	6,46
2008	8.991.257	152.273.000	5,90

* Valor Adicionado Bruto, a preços correntes (R\$ 1000,00)

Fonte: IBGE, 2008.

Nesse sentido, mesmo após diversas transformações e o fortalecimento dos outros setores da economia, percebe-se que ao setor agrícola ainda merece destaque dentro do Estado. Segundo a SEI (2002) os fenômenos climáticos adversos, a exemplo das secas, ainda impedem o crescimento sistemático e continuado do setor. Por outro lado, por ter como base em tecnologias avançadas e ter sofrido um intenso processo de descapitalização, a atividade agrícola mostra-se pouco resistente à ação de fatores adversos, que vão desde as intempéries climáticas à escassez de recursos financeiros.

5 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO

Os países capitalistas desenvolvidos apresentam uma forte presença da agricultura familiar. Esta se expandiu e se tornou dinâmica devido à garantia de acesso a terra. Em todas essas economias, este setor, que se caracteriza por ser altamente tecnificado, além de contribuir para o crescimento econômico, também desempenhou um papel estratégico de garantir uma transição equilibrada entre uma economia de base rural e uma economia urbana industrial. Segundo Guanzioli *et al.* (2001), essa estratégia recebeu apoio, visto que, a agricultura familiar é capaz de produzir de maneira eficiente do ponto de vista econômico, de absorver progresso técnico e atender a demanda por fibras e, sobretudo, por alimentos baratos do setor urbano industrial, unindo assim eficiência econômica com “eficiência social”.

Uma pequena comparação entre esse modelo, e aquele adotado na maioria dos países em desenvolvimento, deixa claro o grande contraste entre estes. Nesses países, a estratégia adotada foi a de modernização e industrialização baseado no

Estimulo a modernização da grande propriedade tradicional, por meio, sobretudo, de generosos subsídios, o que provocou a redução *prematura* da demanda relativa por mão de obra agrícola, além de inflacionar os preços da terra que acirraram os conflitos fundiários e a conseqüente expulsão de pequenos produtores na fronteira agrícola. Além disso, o próprio segmento de produtores rurais familiares subsistindo dentro e nas franjas do latifúndio foi duramente atingido pelas políticas de modernização de viés industrial e pela ausência e/ou insuficiência de políticas voltadas para apoiar, consolidar e expandir a produção familiar, em particular programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica. (GUANZIROLI, *et al*, 2001, p.15).

Esse foi o caso do Brasil, que buscou a modernização do campo com o intuito de superar a estrutura produtiva limitada, através do estímulo a entrada e difusão das empresas agrícolas capitalistas. Essa estratégia foi adotada devido ao poder das oligarquias rurais que pretendiam manter uma alta concentração dos recursos fundiários, resultando no favorecimento da agricultura patronal e no abandono da agricultura familiar.

Nesse sentido, foi implementado um programa de modernização que distorceu fortemente os preços relativos dos fatores de produção em benefício do capital com favorecimento dos grandes produtores às custas da produção familiar. Esse quadro é ainda mais chocante por

causa da enorme disponibilidade de terras ociosas, as quais poderiam ter sido apropriadas pelos pequenos produtores familiares sem ameaçar a expansão das áreas ocupadas produtivamente pelos produtores não-familiares (GUANZIROLI, *et al.*, 2001).

O processo de transformações que se deu no campo do País, refletiu diretamente na constituição e caracterização dos modelos de agricultura que compõem o setor; acentuando as diferenças entre agricultura patronal e familiar que podem ser vistas principalmente na estrutura fundiária, produção, uso de mão de obra e acesso ao crédito.

A agricultura patronal caracteriza-se pela produção extensiva: o cultivo de monoculturas e a pecuária extensiva, com utilização intensiva de máquinas e agrotóxicos. Esse padrão apresenta uma tendência a ocupar pouca mão de obra, com a substituição de homens por máquinas e utilização predominantemente de empregados temporários. Além disso, se caracteriza por possuir um número reduzido de estabelecimentos que ocupam áreas extensas.

Os agricultores familiares caracterizam-se, de uma forma geral, pelo uso intensivo de seus estabelecimentos, inclusive como uma estratégia de sobrevivência, que combina produção para alimentar a família e produção para o mercado, sendo assim uma unidade de produção e consumo. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Além disso, o agricultor familiar dispõe de poucas áreas de cultivos o que dificulta, quando não inviabiliza, as atividades que não sejam de subsistência.

Os agricultores familiares não podem ser enxergados de maneira uniforme. Estes diferenciam entres si, apresentando características específicas. Enquanto alguns ainda produzem de forma tradicional, utilizando técnicas e instrumentos rudimentares outros conseguem acompanhar o progresso técnico, ampliando sua estrutura produtiva, conseguindo ser altamente produtivos. Além disso, dentro destes dois extremos, há aqueles que estão em processo de transição, na medida em que buscam acompanhar os avanços técnicos.

Nesse sentido, percebe-se que os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado, podem se apropriar de tecnologias e adequar seus conhecimentos de forma eficiente, sem perder seus conhecimentos tradicionais podendo, portanto, produzir alimentos e matérias primas em quantidade e qualidade requerida pela expansão do setor urbano-industrial. Além

disso, por serem intensivos em mão de obra desempenham um papel essencial para a elevação do poder de barganha do trabalho em países com grande população rural pouco qualificada, sobretudo ao reduzir a pressão da oferta de mão de obra nos centros urbanos (GUANZIROLI, *et al.*, 2001).

Apesar disso, observa-se que os agricultores familiares, principalmente os tradicionais, encontram muitas dificuldades para se manterem estáveis em suas propriedades, se vendo obrigado ou a tentar a sorte na fronteira agrícola ou a procurar sobreviver na área de origem intensificando, quando possível, a produção no espaço disponível. Além disso, também buscam, muitas vezes, um complemento para sua renda insuficiente com todo tipo de ocupação, agrícolas e não agrícolas, fora da unidade familiar. As ocupações agrícolas concentram-se em trabalhos temporários nos estabelecimentos patronais, enquanto as não agrícolas ocorrem com ocupação em atividades na própria comunidade ou municípios circunvizinhos como: professor, merendeira, pedreiro, artesão etc.

A ocupação destes agricultores fora da sua unidade produtiva, que só ocorrem por falta de opção, não se configura como algo definitivo. Nesse sentido Guanzirolí *et al.* (2001, p.35) afirma que,

À medida que os agricultores consolidam seus sistemas produtivos, eles abandonam progressivamente as outras atividades. Assim, à medida que são implementadas políticas agrícolas de apoio a produção familiar, tornando disponíveis créditos de custeio e/ou investimento (como no caso do PRONAF), se acelera esse processo de consolidação dos sistemas produtivos e as demais atividades fora da unidade produtiva tendem a ser deixadas de lado.

No que tange as políticas públicas de auxílio a agricultura familiar merece destaque a previdência social e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo Denardi (2001), a previdência social rural é a principal política social para os agricultores familiares, com um enorme efeito redistributivo, funcionando como uma alavanca inclusive para economia dos pequenos municípios onde se encontram esses agricultores.

Já o Pronaf constitui um programa de crédito rural tradicional, que tem permitido a socialização do acesso ao crédito de custeio para considerável número de agricultores familiares. Através do Pronaf os pequenos agricultores conseguem financiamento para

custear, produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. Esse programa tem servido como base para um desenvolvimento do rural no país, e diferente das políticas agrárias do período de incentivo a modernização, é direcionado para o pequeno produtor.

Segundo Viega (1999), agricultura patronal, vem se mostrando mais competitiva que a familiar em alguns poucos produtos, como carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja. Em muitos outros, como as carnes suína e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, algodão, tomate mandioca e laranja, essa suposta superior “competitividade” da agricultura patronal é muito duvidosa.

Esse modelo de agricultura familiar pode ser visto em todo País, Em algumas regiões esta é mais representativa que outras, assumindo uma importância maior dentro da economia regional. Esse é o caso da Bahia, onde a agricultura familiar assume um papel central na formação do seu setor agrícola.

5.2 AGRICULTURA FAMILIAR X PATRONAL NA BAHIA

Agricultura familiar é muito importante na Bahia, visto que representa uma parcela significativa do rural baiano. Apresenta-se como um segmento de grande influência econômica e social, exibindo um perfil essencialmente distributivo, ao contrário, da agricultura patronal que se caracteriza como o segmento que promove a concentração de renda e exclusão social.

Apesar dessa posição dentro da economia do estado, o levantamento de dados desagregados entre agricultura familiar e patronal só começou efetivamente a ser estudado a partir de 1995/96. Ainda sim, algumas categorias não tiveram seus dados levantados nesse período. Assim, a análise proposta nesse capítulo efetivou-se para algumas variáveis através da comparação entre 1996 e 2006, enquanto que para outras variáveis centrou-se apenas no ano de 2006.

A Tabela 19 mostra como está distribuído o número de estabelecimentos no Estado comparando agricultura familiar e não familiar (patronal). Em 1996, a Bahia tinha 623.536 estabelecimentos familiares, que correspondia a 89,14% do total e possuía 66.816 estabelecimentos não familiares que representava 9,55% do total. Em 2006, o número de estabelecimentos familiares reduziu em 10,11%, enquanto o número de estabelecimentos

patronais aumentou em 25,56%. Apesar disso, observa-se que em termos de participação relativa os estabelecimentos familiares ainda representam a maioria esmagadora correspondendo a 86,98% do total.

No que tange a área total, observa-se que a agricultura familiar em 1996 ocupava 37,95% da área total do estado, enquanto a não familiar ocupava 61,55%. Em 2006, ocorre uma redução da participação relativa da agricultura familiar na área total de 12,08%, passando a representar 34,12% da área total, enquanto ocorre um aumento de 4,68% na patronal, contabilizando 65,88%.

Esses dados mostram que a estrutura fundiária do Estado é altamente concentrada em favor da agricultura patronal que, apesar de possuir um número bem menor de estabelecimentos, ocupa quase o dobro de área disponível para os agricultores familiares. Percebe-se também que esse quadro vem se fortalecendo ao longo dos últimos anos, inclusive com uma redução da participação da agricultura familiar no campo baiano. Essa transformação pode ser entendida, ao se observar que nesse período a produção para exportação, não só no estado, mas no país, vem se fortalecendo, o que favorece a consolidação da produção patronal, que se concentra principalmente na produção para exportação, enquanto a produção familiar, ainda se concentra no autoconsumo e no abastecimento do mercado interno.

Tabela 19 – Número, participação e variação de estabelecimentos, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006

	1996*		2006		
	Quantidade de Estabelecimentos	Participação (%)	Quantidade de Estabelecimentos	Participação (%)	Variação
Agricultura familiar - Lei 11.326	623.536	89,14	560.502	86,98	-10,11
Não familiar	66.816	9,55	83.895	13,02	25,56
Total	699.501	100,00	644.397	100,00	-7,88

* 1,31% dos estabelecimentos são categorizados como outros.

Fonte: INCRA/FAO, 1996; Censo agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 20 - Número, participação e variação da área total, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia, 1996 a 2006

	1996*		2006		
	Área total (ha)	Participação (%)	Área total (ha)	Participação (%)	Variação
Agricultura familiar - Lei 11.326	11.323.676	37,95	9.955.563	118,30	-12,08
Não familiar	18.366.189	61,55	19.224.996	228,46	4,68
Total	29.838.947	100,00	29.180.559	346,76	-2,21

* 0,5% da área total é categorizado como outro.

Fonte: INCRA/FAO, 1996; Censo agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 21 – Número, participação e variação do Valor Bruto da Produção, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006

	1996*		2006		Variação
	Valor Bruto da Produção (R\$ 1000,00)	Participação (%)	Valor Bruto da Produção (R\$ 1000,00)	Participação (%)	
Agricultura familiar - Lei 11.326	837.660	39,88	3.733.212	44,36	345,67
Não familiar	1.242.902	59,18	4.681.985	55,64	276,70
Total	2.100.336	100,00	8.415.197	100,00	300,66

* 0,94% do valor da produção é categorizado como outro.

Fonte: INCRA/FAO, 1996; Censo agropecuário/IBGE, 2006

Tabela 22 –Número, participação e variação do pessoal ocupado, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 1996 a 2006

	1996*		2006		Variação
	Pessoas Ocupadas	Participação (%)	Pessoas Ocupadas	Participação (%)	
Agricultura familiar - Lei 11.326	2.116.272	85,56	1.881.811	80,90	-11,08
Não familiar	357.256	14,44	444.173	19,10	24,33
Total	2.473.528	100,00	2.325.984	100,00	-5,96

* 1,34% do pessoal ocupado é categorizado como outro.

Fonte: INCRA/FAO, 1996; Censo agropecuário/IBGE, 2006

A participação no valor bruto da produção teve uma importante transformação entre 1996 e 2006. Apesar de ainda ter uma participação relativa menor que a patronal, a agricultura familiar, adquiriu maior importância. Em 1996, esta respondia por 39,88% do valor da produção, passando em 2006 para 44,36%. Já a agricultura não-familiar, que representava 59,18% em 1996, participava de 55,64% do valor bruto da produção do Estado. Isso mostra que, apesar de ter diminuído espaço, agricultura familiar, conseguiu aumentar sua importância na economia do Estado. Além disso, também observar-se, que valor bruto da produção total aumentou 300,66% no período, isto porque houve um aumento de produtividade, tanto na agricultura familiar como não familiar.

Vale salientar, no entanto, que esse aumento de produtividade, tem conseqüências distintas na agricultura familiar e não familiar. Na primeira observa-se que apesar de ocorrer o aumento da produtividade, não há uma tendência a desocupação de mão de obra, enquanto na segunda, o aumento de produtividade, se dá à custa, principalmente, do enxugamento do número de empregados.

No que tange o pessoal ocupado, observa-se que a ampla maioria está empregada na agricultura familiar, que em 1996 ocupava 84,56% do pessoal e em 2006 ocupava 80,90% destes. A agricultura não familiar representava 14,08% do pessoal ocupado em 1996 e passou a 19,10% em 2006. Assim, ocorreu uma redução de 11,08% no pessoal ocupado na agricultura familiar e um aumento de 24,33% na agricultura patronal. Isso pode ser justificado pela retração tanto da área ocupada como do número de estabelecimentos.

Assim, percebe-se que apesar da diminuição das áreas, dos estabelecimentos e do número de trabalhadores da agricultura familiar observou-se um crescimento da participação desta na produção. Esse paradoxo pode ser entendido se considerar que os agricultores que permaneceram são maiores e mais produtivos e que a produção patronal, apesar do seu crescimento apresenta áreas de produção menos produtivas.

Na Tabela 23, pode-se observar a utilização das terras no Estado em 2006. A agricultura familiar concentra suas atividades produtivas nas pastagens plantadas em boas condições que ocupa 23,05% de sua área, nas lavouras temporárias, que ocupa 19,73% de sua área, e nas lavouras permanentes, representando 11,57% de sua área. Já os agricultores patronais concentram suas atividades nas pastagens plantas em boas condições que representa 21,54%,

pastagens naturais 16,45% e lavouras temporárias, que representa 9,43% do total. Vale salientar a importância das áreas de matas e florestas dentro das duas categorias de produtores. Assim, de forma geral, como já havia sido identificado, na análise agregada dos dados, percebe-se que de forma desagregada a distribuição produtiva do estado se confirma.

Tabela 23 – Participação da agricultura familiar e não familiar nas atividades econômica, Bahia , 2006

	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
Lavouras Permanentes	6,26	5,53
Lavouras Temporárias	11,57	9,43
Pastagens Naturais	19,73	16,45
Pastagens plantadas degradadas	5,38	3,83
Pastagens plantadas em boas condições	23,05	21,54
Matas/florestas	22,02	33,52
Sistemas agroflorestais	5,15	4,85
Outros	6,84	4,85

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

No que tange a participação no valor bruto da produção das atividades mais representativas do estado, a agricultura familiar se destaca de forma geral por assumir uma importância expressiva na maior parte das atividades. Esse quadro mostra a superação da agricultura familiar, principalmente ao levar em conta as suas limitações. Assim, observando na Tabela 23 observa-se o destaque da extração vegetal (64,61%), horticultura (56,28%) e produção animal (51,36%); atividades que a agricultura familiar supera a patronal na participação do valor bruto da produção. As outras culturas, a exceção da floricultura, apesar de não superarem a patronal, têm sua produção familiar bastante expressiva.

Tabela 24 – Participação percentual no valor bruto da produção por tipo de atividade, segundo agricultura familiar e não familiar, Bahia 2006

	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
Lavoura Permanente	46,68	53,32
Lavoura Temporária	39,85	60,15
Horticultura	56,28	43,72
Floricultura	10,76	89,24
Extração vegetal	64,01	35,99
Produção Animal	51,36	48,64

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2006

Dentre as culturas selecionadas a de maior destaque dentro da produção familiar é a mandioca, respondendo por 91,42% da quantidade produzida do Estado. A produção de mandioca, em 2006, teve um papel importante na composição da produção do Estado, representando a quinta cultura mais produzida em área total. Esse dado confirma o quanto a produção familiar é importante dentro da Bahia. O feijão aparece como a segunda cultura de maior representatividade dentro da produção familiar, respondendo por 83,45% da quantidade produzida no Estado, apesar de em termos absolutos o milho ter a segunda maior quantidade produzida.

A produção de milho se diferencia por ser uma cultura distribuída entre a produção familiar e patronal, de um lado produzida de forma tradicional e do outro através de uma alta mecanização e produtividade. Isso se confirma observando-se que dos estabelecimentos que produzem milho, 90,01% caracterizam-se pela produção familiar, enquanto 9,99% dos estabelecimentos baseiam-se na agricultura patronal. Além disso, tem-se que 44,12% do milho produzido no Estado, através da agricultura familiar, ocupa 63,36% da área plantada enquanto 55,88% é produzido em 36,54% da área plantada. Essa relação deixa claro, as disparidades existentes entre a produção familiar e não familiar.

O arroz também tem uma importância significativa na produção familiar, participando de 40,68% quantidade produzida total dessa cultura. O café em termos absoluto tem relevante representação na quantidade produzida da agricultura familiar, enquanto relativamente à produção total dessa cultura no Estado, representa apenas 21,61% do total produzido. Essa

pequena participação se deve a alta representatividade dessa cultura dentro da agricultura não familiar.

A soja em termos absolutos tem uma pequena participação na produção da agricultura familiar, e se comparado com quantidade produzida em todo o Estado, percebe-se que a produção da agricultura familiar é quase insignificante, representando apenas 0,58% desta.

Tabela 25 – Quantidade produzida e participação da agricultura familiar e não familiar nos produtos agrícolas, Bahia 2006

	Agricultura familiar - Lei 11.326		Não familiar	
	Quantidade Produzida	Participação (%)	Quantidade Produzida	Participação (%)
Mandioca	1.139.775.053	91,42	107.026.290	8,58
Feijão	393.605.754	83,45	78.035.773	16,55
Milho em grão	764.323.135	44,12	968.034.556	55,88
Arroz em casca	8.785.355	40,68	12.812.145	59,32
Café	31.496.182	21,61	114.246.731	78,39
Soja	9.953.334	0,58	1.705.241.533	99,42

Fonte: Censo Agropecuário/ IBGE, 2006

De maneira geral, a análise desses indicadores, deixa claro, as disparidades existentes no campo baiano. Agricultura familiar, apesar de compreender um segmento historicamente abandonado, vem se mantendo e buscando a melhoria de sua situação, com ampla representatividade produtiva no Estado. Mesmo sofrendo com a concentração de terra no Estado, ainda absorve uma parcela muito maior de mão de obra, e tem um importante papel na produção da Bahia. Nesse sentido, o apoio a esses agricultores é essencial para que estes consigam se consolidar dentro do campo baiano, trazendo benefícios econômicos e principalmente sociais.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas discutiu as transformações que ocorreram no setor agrícola da Bahia de maneira agregada e categorizando em agricultura familiar e não familiar. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica dos principais acontecimentos históricos que afetaram a estrutura do campo brasileiro e baiano, além da elaboração de indicadores que mostram como essas mudanças ocorreram.

De maneira geral observa-se que ocorreram mudanças significativas em todo o setor rural do Estado. Afetado principalmente pelo processo de “modernização” agrícola que ocorreu em todo o país, financiado por políticas agrícolas que apoiaram uso intensivo de capital em detrimento do fator mão de obra, o campo baiano passou por um processo de tecnificação com concentração das terras e expulsão dos trabalhadores do campo.

No que se refere à estrutura fundiária, ocorreu uma acentuação da concentração de terras em todo Estado. Observou-se que um reduzido número de estabelecimentos concentra a maior quantidade de terras disponíveis, enquanto um grande número estabelecimentos ocupa uma área reduzida. Além disso, como era de se esperar, devido à política de incentivo a “modernização” agrícola, ocorreu um grande aumento da utilização de tratores no campo. Esse processo concentrou-se nos estabelecimentos de agricultura patronal, que é quem ocupa os grandes estabelecimentos altamente tecnificados, já agricultura familiar, se viu a margem do processo de modernização.

Em relação à estrutura produtiva, é importante observar que a produção do Estado sofreu muitas transformações em um pequeno período, o que nos mostra que a dinâmica agrícola da Bahia vem passando por um processo de transformação que reflete em toda sua economia. O crescimento da importância de culturas como soja, que é intensiva em capital e não em mão de obra e é produzida basicamente em grandes estabelecimentos de agricultura patronal, mostram que o crescimento produtivo no Estado ainda não se direciona para incentivar as áreas de agricultura familiar, que se caracterizam por produzir culturas intensivas em mão de obra e não em capital, além de ter uma produção mais diversificada produzindo dentro da propriedade diferentes culturas.

Com relação ao pessoal ocupado no campo, observou-se que apesar de não ter reduzido em termos absolutos, em termos relativos (área e estabelecimentos) praticamente não houve alterações, ao contrário do que se esperaria, ao levar em conta a expansão da fronteira agrícola. Além disso, percebe-se que a maioria absoluta dessa mão de obra está empregada na agricultura familiar. Além disso, observou-se que esses trabalhadores concentram-se nos pequenos estabelecimentos exibindo, conseqüentemente, uma grande discrepância estrutural, com grande parte da mão de obra concentrada nas áreas de agricultura familiar enquanto os estabelecimentos de agricultura patronal, intensivos em capital, deixam de empregar. Isso ocorre como conseqüência da tecnificação que ocorreu no Estado.

Observou-se que a agricultura familiar apesar de sua importância econômica e social, ainda encontra muitas limitações. Nesse sentido é imprescindível que esta seja fortalecida e apoiada por políticas públicas adequadas a sua realidade como reflexo de sua expressão do rural do Estado.

REFERÊNCIAS

AGRA, N.G.; SANTOS, R.F. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Economia Sociologia Rural, 2001. p.1-9.

BRASIL. **Lei no. 11.326, 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

BRITTO, Elissandra Alves de. **A dinâmica do novo mundo rural e o seu reflexo na RMS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2004.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **A ocupação da mão de obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90.** 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia/UNICAMP, São Paulo, 2003.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.13, n.4, p.835-849, mar. 2004.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroec.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

GONZALES, Bernardo C. de Rezende; COSTA, Silvia Maria A. Lima. Agricultura Brasileira: modernização e desempenho. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v.5, n.10, p. 7-35, maio 1988.

GUANZIROLI, Carlos *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

IBGE. **Censo agropecuário**, 1970. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:17 jun. 2011

IBGE. **Censo agropecuário**, 1975. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:17 jun. 2011

IBGE. **Censo agropecuário**, 1980. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:17 jun. 2011

IBGE. **Censo agropecuário**, 1985. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:17 jun. 2011

IBGE. **Censo agropecuário**, 1995/96. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:17 jun. 2011

IBGE. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2011

IBGE. **Contas trimestrais**: Serie de relatórios metodológicos, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/srmtrimestrais.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

KAGEYAMA, Ângela Antonia **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MÜLLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n.2, p.47-77, abr./jun. 1982.

ROCHA, Alynson dos Santos; SOUZA, Guilherme Cerqueira Martins e. Agricultura familiar e pluriatividade: estudo no município de Irará (Bahia), **Revista Desenhavia**, n.7, p. 157-182, set. 2007.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O Modelo euro-americano de modernização agrícola. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.21,n.21, Nov. 1991.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Espacialização da agricultura e organização do espaço agrícola no estado da Bahia**. Salvador, 2001. 66 p. (Série estudos e pesquisas, 54).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Dez anos de economia baiana**. Salvador, 2002. 282p. (Série estudos e pesquisas, 57).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Mão de obra agrícola na Bahia**. Salvador, 2000. 118p. (Série estudos e pesquisas, 46).

VEIGA, José Eli. **Diretrizes para uma nova política agrária**. Disponível em:<http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B01%5Ddiretrizes_para_uma_nova_politica_agraria.htm>. Acesso em: 17 jun. 2011

VIANA, João Aurélio Soares. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.13, n.4